

CONVITE

(Artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos)

Nos termos das disposições do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, convida-se V. Exa. a apresentar proposta para execução da empreitada **"Escadório de acesso à Capela da Nossa Senhora da Graça – Vila Caiz"**.

1. Entidade adjudicante: A entidade adjudicante é o Município de Amarante, pessoa coletiva de direito público de base territorial, NIF 501102752, com sede na Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante, nº de telefone 255420200, Fax nº 255420201, correio eletrónico geral@cm-amarante.pt.
2. Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.
3. Fundamento da escolha do tipo de procedimento de contratação: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes da alínea c) do art.º 19º do CCP, optou-se pelo procedimento de consulta prévia.
4. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais:
 - a) Aplica-se o disposto no artigo 50.º do CCP relativamente à apresentação de esclarecimentos, retificações e alterações às peças do procedimento;
 - b) Aplica-se igualmente o disposto no artigo 116º do CCP quando o prazo para a apresentação de propostas seja inferior a nove dias.
5. Proposta:

- 5.1 - O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 5.2 – A proposta é constituída pelos documentos abaixo mencionados, sob pena de exclusão, a saber:
- a) Declaração do concorrente a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
 - b) Declaração do concorrente com o preço total da proposta sem inclusão do IVA e vinculação ao prazo de execução estabelecido em caderno de encargos, conforme modelo Anexo I ao presente convite;
 - c) Lista de preços unitários;
 - d) Plano de trabalhos que deverá incluir plano de mão-de-obra e plano de equipamentos conforme n.º 1 do art.º 361º do CCP;
 - e) Cronograma Financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;
 - f) Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.
 - g) Declaração de inexistência de impedimentos, conforme modelo Anexo II ao presente convite, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.
6. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP e assinados nos termos do artigo 57º/4 do CCP e por assinatura eletrónica qualificada nos termos dos n.ºs 1 a 6 do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Os documentos devem ser apresentados de forma individual, em formato pdf, não editável, devendo ser aposta assinatura digital qualificada, em cada um dos documentos.

8. Prazo para apresentação da proposta: Até às 23h59 do **6.º dia** a contar da data da notificação.
9. Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que acompanham, devem ser submetidos no link remetido pela acingov, nos termos do art.º 115, n.º 1, alínea g), do Código dos Contratos Públicos
10. Caução: Não há lugar a prestação de caução, visto que o valor estimado do contrato é inferior a €500.000,00, de acordo com a al. a), do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.
11. Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação:
 - a) O prazo para apresentação dos documentos de habilitação referidos no ponto 15 deste convite é de 5 dias úteis, a contar da data da notificação da adjudicação;
 - b) O prazo a conceder para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP é de 2 dias úteis.
12. As propostas apresentadas não será objeto de negociação.
13. O preço base é de **50.445,00 € (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros)**.
14. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator, densificado pela avaliação do fator preço, de acordo com a al. b), do n.º 1 do art.º 74º do CCP.

Em caso de empate, será privilegiada a proposta que apresentar o menor preço no capítulo 1.6 (ESCADARIO) do Mapa de Quantidades. Caso este ainda assim não diferencie as propostas, utilizar-se o método do sorteio, a realizar após abertura e análise das propostas pelo júri, na presença de todos os interessados, após convocação expressa dos concorrentes, com uma antecedência mínima nunca inferior a vinte e quatro horas.

15. Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na versão aprovada pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Titularidade do Alvará emitido pelo IMPIC, I.P. contendo a habilitação na **2ª** Subcategoria da **1ª** Categoria, ou na **7ª** Subcategoria da **1ª** Categoria, em classe que cubra o valor global da proposta.
- d) Apresentação do Registo Central do Beneficiário Efetivo atualizado, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

16. Causas de não adjudicação:

A adjudicação da empreitada não terá lugar, por determinação da própria lei, nos termos do disposto no artigo 79.º do CCP.

17. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação aplicável.

18. Anexa-se caderno de encargos.

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO
(a que se refere a alínea b) do n.º5.2 do Convite)

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva nº,matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o nº, com o capital social de....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de....., no prazo de execução de, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de € (.....euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato, o foro do Tribunal Administrativo de Círculo de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Declaração de inexistência de impedimentos)

....., titular do CC n.º, NIF, residente, na qualidade de representante de, número de identificação fiscal, com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação procedimento).....

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime, assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

....(local), de (dia) de (mês) (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)